



ENSAIO

Editora

Patrícia Samorra

Conflito de interesse

Não há conflito de interesses para a publicação do artigo.

Recebido

2 mar. 2024

Versão Final

28 maio 2024

Aprovado

22 ago. 2024

A imortalidade de um longo vivo

The immortality of a long-lived

Andréa Cristina Soares Cordeiro Duailibe¹ , Sylvia Meimaridou Rola¹ 

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
Correspondência para/Correspondence to: A. C. S. C. Duailibe. E-mail: andrea.duailibe@fau.ufrj.br

Como citar este artigo/How to cite this article: Duailibe, A. C. S. C.; Rola, S. M. A imortalidade de um longo vivo. *Oculum Ensaios*, v. 21, e2412002, 2024. <https://doi.org/10.24220/2318-0919v21e2024a12002pt>

Resumo

Este ensaio promove uma reflexão teórica sobre os sujeitos idosos como parte constitutiva de sociedades capitalistas sul-americanas, que são refletidas nos conteúdos urbanos. A proposta evolui a partir de um entrelace epistemológico e teórico interdisciplinar que pretende contribuir para as Ciências Sociais Aplicadas - em especial, para o Urbanismo e os campos multidisciplinares do Desenho Urbano. A pesquisa identifica os desafios enfrentados pelos idosos no contexto cultural e econômico da cultura capitalista de curto prazo. Um aspecto que se destaca na cultura da sociedade capitalista atual é como a dissincronia nas temporalidades estão profundamente enraizadas nas vivências dos sujeitos, sobretudo para os idosos. O ensaio reúne os desdobramentos de propostas investigativas distintas e correlatas a partir da articulação entre duas linhas de atuação (teórica e prática). Utilizando uma abordagem interdisciplinar, o tema se mostra relevante, na medida em que procura analisar conteúdos que emergem das consonâncias e das dissonâncias culturais capitalistas, a exemplo dos fenômenos de dissincronia que incidem nas vivências urbanas revelando fatores limitantes, particularmente para os sujeitos idosos.

Palavras-chave: Capitalismo de curto prazo. Consumo. Envelhecimento. Idoso. Longevidade.

Abstract

The essay advocates for theoretical reflection on elderly subjects as a constitutive element of South American capitalist societies, which are reflected in urban content. The proposal emerges from an interdisciplinary epistemological and theoretical link, which aims to contribute to the Applied Social Sciences, in particular Urbanism and the multidisciplinary fields of Urban Design. The research identifies the challenges faced by the elderly in the cultural and economic context of short-term capitalist culture. One significant aspect of contemporary capitalist society is the pervasive influence of temporal dissonance on the experiences of subjects, particularly the elderly. This essay presents the findings of distinct and related research proposals based on the integration of two lines of action (theoretical and practical). The theme is relevant based on an interdisciplinary approach, as it seeks to analyze content that emerges from capitalist cultural consonances and dissonances. This includes phenomena such as dyssynchrony, which identifies the constraints that particularly affect the elderly.

Keywords: Short-term Capitalism. Consumption. Ageing. Older people. Longevity.

Introdução

O presente ensaio promove uma reflexão teórica sobre os sujeitos idosos como parte constitutiva de sociedades capitalistas sul-americanas, que são refletidas nos conteúdos urbanos. A proposta evolui a partir de um entrelace epistemológico

e teórico interdisciplinar que pretende contribuir para as Ciências Sociais Aplicadas – em especial, para o Urbanismo e os campos multidisciplinares do Desenho Urbano.

A reflexão é inspirada pela temática proposta pela revista *Oculum Ensaios* para sua edição de 2024, em que são articulados três subtemas atuais e correlatos: o envelhecimento, o território e o ambiente. Em comum, os subtemas compartilham questões maiores, entre as quais, as temporalidades contidas nas culturas de sociedades capitalistas.

O pressuposto que vivifica a ideia da “imortalidade de um longo” se adere à temática proposta, destacando os caracteres objetivo e subjetivo da longevidade em uma perspectiva de *continuum* dos ciclos culturais de sociedades capitalistas refletidas no urbano. Nesse sentido, a dimensão cultural das sociedades urbanas admite a incidência de um componente temporal cada vez mais relativizado sobre os sujeitos e os seus processos.

A dimensão cultural urbana se baseia em duas premissas associadas aos idosos como sujeitos das sociedades em recorte. Na primeira, um processo de envelhecimento que é vinculado a uma expectativa de vida cronometricamente preestabelecida; na segunda, um padrão de consumo de longevidade induzido culturalmente como estratégia de resistência aos processos de envelhecimento frente aos conteúdos urbanos presentes.

A justificativa e a relevância do ensaio se vinculam à oportunidade de conexão entre os conceitos de longevidade e de consumo em sociedades urbanas, frente a uma perspectiva de como o urbano reflete essa interação e de que modo atende às necessidades de um segmento demográfico importante e variável. Com base nisso, onde, quando e como é situado o sujeito idoso de uma sociedade urbana como essa?

A estrutura do texto revela, com efeito, dois desafios, quais sejam: epistemológico e de articulação teórica nos âmbitos das Ciências Sociais Aplicadas e das Ciências Sociais, a partir de duas linhas de atuação que se mostraram convergentes e complementares nos últimos seis anos.

A primeira dessas linhas de atuação considera uma parte do referencial teórico das investigações realizadas no âmbito do Laboratório da Habitação e Inovação da Universidade Estadual do Maranhão entre 2018 e 2020 através da linha de pesquisa “Limites espaciais e espaços compartilhados” enquanto a segunda envolve uma seleção de autores cujas obras foram re-situadas e republicadas, de 2001 em diante, com base nos novos olhares desses pesquisadores sobre suas pesquisas, realizadas entre as décadas de 1960 e 1990, acerca de conteúdos culturais e urbanos de sociedades latino-americanas e sul-americanas.

Vale ressaltar que a segunda linha corresponde aos recentes esforços de construção do referencial teórico de apoio à tese de doutorado da discente Andrea Duailibe, ora em desenvolvimento no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O referencial teórico do ensaio é substanciado na articulação entre seis campos disciplinares, a partir das contribuições de pesquisadores-autores selecionados, sendo: da Antropologia Urbana, Debert (2004)¹; da Antropologia, Canclini (2008)²; das Ciências da Saúde, Patrício *et al.* (2008); da Geografia, Santos (2011)³ e Santos e Silveira (2021)⁴; das Ciências Sociais na Gerontologia, Côrte e Brandão (2018); da Psicologia, Silva (2008); da Sociologia, Sennett (2009)⁵, Castells (1999), e Bauman (2022)⁶.

1 Obra originalmente publicada no ano de 1999.

2 Obra originalmente publicada no ano de 1999.

3 Obra originalmente publicada no ano de 1999.

4 Obra originalmente publicada no ano de 2001.

5 Obra originalmente publicada no ano de 1998.

6 Obra originalmente publicada no ano de 2007.

O texto foi estruturado da seguinte forma: (a) introdução; (b) primeira seção, “Idosos não brotam em meio à multidão urbana!”, em que o idoso é entendido como um sujeito culturalmente multidimensional, que se encontra na parte final do que se presume ser um ciclo de vida humana, temporalmente pré-definido; (c) segunda seção, “Sujeitos em transição em sociedades capitalistas transitórias”, que atribui um caráter transitório a todos os componentes da sociedade urbana capitalista; (d) terceira seção, “Uma absoluta prioridade às pessoas idosas no direito brasileiro”, que trata do fato de que o sujeito, ao completar 60 anos, incontinentemente é colocado sob uma perspectiva dos seus direitos, como idoso, ao mesmo tempo em que se vê apegado pelo assistencialismo; (e) quarta seção, “A senescência e a senilidade em sujeitos idosos: o epistêmico, o tempo e o subjetivo”, em que os conceitos de terceira e quarta idades são definidos e postos em uma perspectiva da participação e da inclusão nas sociedades; (f) quinta seção, “O consumo da longevidade”, em que é abordada a prática de uma cultura para o consumo do ilusório, e, por derradeiro, (g) as considerações finais.

Idosos não brotam em meio à multidão urbana!

A seção explora as possibilidades de percursos silógicos a partir de uma exclamação autorresponsiva e sob o pretexto de uma provocação. Do ponto de vista da admissibilidade, excluindo a controversa doutrina aristotélica de geração espontânea, por óbvio, restam caminhos mais interessantes e fundamentais para a evolução da reflexão.

A exclamação surge de uma situação presente, em especial, na sociedade brasileira, em que no intervalo de 24 horas um sujeito se vê acometido de uma nova condição, ainda que não esboce qualquer sinal dela.

Até os 59 anos de idade, um sujeito é considerado um adulto maduro, social e culturalmente pertencente ao mesmo grupo de outros, de 40 anos em diante. Então ele adormece e amanhece um idoso, um sujeito categórico. Nessa perspectiva, existe um ponto de partida temporalmente estabelecido para determinados fins; no entanto, é um marco que não condiz com uma metamorfose instantânea, nem mesmo com um “brotar”, sendo mais associado a uma rotulação.

Assim como uma etiqueta é aplicada a um produto, a condição de idoso se impõe repleta de caracteres, ao mesmo tempo, condicionantes e vantajosos (sob o argumento de um atendimento direcionado e prioritário), mas que também oscilam entre a carga das responsabilidades preexistentes e a de uma eventual dependência de alguém.

O caso expõe uma imposição que se ancora em uma lógica temporal de um ciclo de vida cronometricamente estabelecido, onde um conjunto normativo é conformado de modo a disciplinar e direcionar as ações da família, da sociedade e do Estado a esse sujeito categórico. Assim, são atribuídas responsabilidades através de direitos e deveres, com impactos para a sociedade e para o urbano que a reflete.

Decerto que essa lógica temporal ainda responde a uma parte considerável das dinâmicas presentes, quer seja por princípios que regem a datação linear de conteúdos historiográficos definidos pelas sociedades (e com os quais elas são culturalmente familiarizadas), quer seja por um aparente rigor autoexplicativo de um sistema de periodização associado a fenômenos tangíveis.

Segundo Debert (2004), o conceito de longevidade vem sendo assentado sobre bases mais fluidas e relativas em diversas pesquisas, em especial, em campos que admitem a adoção de estratégias multimétodos-e que incluem abordagens subjetivas e interdisciplinares. Essas bases convivem com outras, inclusive com os princípios pré-relativistas mencionados.

Um exemplo disso é a persistência da adoção do conceito de “velhice” como um critério de etiquetagem que se mostra equivocado (e perverso), em que a proposição despreza as vicissitudes evolutivas no decurso da vida humana, bastando, para tanto, que se imaginem os prejuízos às obras literárias, às revisões sistêmicas de pesquisas de referência e mesmo ao pensamento filosófico caso o envelhecimento fosse entendido somente no sentido de perdas sucessivas e não de acúmulos de conhecimento, de ganhos experienciais e de reposicionamentos de pontos de vista.

Sob as óticas gerontológica e sociológica, os sujeitos idosos não representam um grupo que somente compartilha os sintomas inerentes ao envelhecimento, como uma categoria dependente, apartada e/ou dissociada das dinâmicas da sociedade.

Essas percepções são parte de discursos que são comumente encontrados em textos e notícias e que expressam entendimentos subliminares ao texto constitucional brasileiro e às interpretações de dados estatísticos oficialmente estabelecidos, guardados os esforços originalmente empreendidos pelas garantias de direitos desses sujeitos.

Os idosos são admitidos à presente reflexão como sujeitos multidimensionais sob os aspectos sociológicos, culturais e temporais, em que são considerados componentes de sociedades heterônomas e capitalistas; partes ativas de um conjunto sistêmico consciente e vivo e representantes de uma categoria diluída entre os diferentes estratos de uma sociedade capitalista.

A próxima seção também se dedica a explorar o ciclo de vida humano dentro de um espírito de tempo (*zeitgeist*) em que as sociedades capitalistas admitem às culturas a coexistência entre referenciais de temporalidade distintos e concorrentes originados, em grande parte, nos paradigmas culturais da Física Clássica.

Desse modo, a exclamação que intitula esta seção sugere um percurso original e consistente para a compreensão das articulações entre os sujeitos idosos de uma sociedade capitalista sul-americana e conteúdos urbanos transitórios e equevos à existência deles.

Sujeitos em transição em sociedades capitalistas transitórias

Os sujeitos considerados idosos em 2024 nasceram e cresceram, majoritariamente, entre as décadas de 1935 e 1960, salvas as exceções ao padrão de expectativa de vida vigente. Considerando um intervalo intergeracional aproximado de 30 anos entre esses sujeitos, emerge uma perspectiva de transitoriedade na qual é possível conceber uma incidência expressiva de valores culturais de fins do século XIX e da virada para o século XX.

Um intervalo assim presume a coexistência entre diferentes grupos familiares, compostos por sujeitos em diferentes estágios da vida. Nesse caso, cada um deles se vale de um repertório distinto de valores, apropriados em territórios de interseção e construídos na mediação entre espíritos de tempo que correspondem a cada um deles. Isso porque não parece haver um limite claro entre os conteúdos culturais intergeracionais, estabelecidos como fronteiras a serem rompidas abruptamente; os conteúdos culturais também são suscetíveis às transições de temporalidades, de pensamentos, de comportamentos sociais, entre outros.

Uma característica inusitada da sociedade capitalista atual é a maneira como o componente tempo é incorporado às vivências, sendo admitido aos processos como um mecanismo acelerador mais do que disciplinador das dinâmicas humanas urbanas, constituindo, antes de tudo, medidas de consumo expressas no urbano.

Essa aceleração estabelece um contraponto às temporalidades admitidas em sociedades capitalistas tecnológicas analógicas; ou seja, aos intervalos cronométricos associados aos modos de vida de antepassados mais recentes. Um tempo que se apresentava como uma força poderosa capaz de reger mística e ciclicamente a vida em sociedade, em que o badalar dos sinos católicos ainda repartia o dia em três períodos a partir do alvorecer. Uma cultura que reflete um conjunto de paradigmas associados às duas primeiras fases do capitalismo em sociedades, cujos vestígios ainda subsistem em parte dos caracteres e nos modos de vida urbanos, sob grossas camadas culturais do sistema presente.

O território ganha novos conteúdos e impõe novos comportamentos graças às enormes possibilidades da produção e, sobretudo, da circulação dos insumos, dos produtos, do dinheiro, das ideias e informações, das ordens e dos homens. É a irradiação do meio técnico-científico-informacional (M. Santos, 1985, 1994b, 1996) que se instala sobre o território, em áreas contínuas no Sudeste e no Sul ou constituindo manchas e pontos pelo resto do país (Santos, 2011, p. 62).

As novas temporalidades se impõem às sociedades atuais fomentando novos paradigmas culturais e vivenciais, consubstanciados nas sociedades capitalistas em rede. Esse modelo de capitalismo em rede, descrito por Castells (1999), tem ganhado cada vez mais amplitude no capitalismo financeiro, trazendo a necessidade de redimensionamento da cultura e dos conceitos subjacentes.

Juntos, o capitalismo informacional e o capitalismo financeiro representam as duas últimas fases capitalistas de um total de quatro (até o momento), fundidas em um único sistema.

Destarte, são realçados três aspectos com o propósito de contextualizar a reflexão teórica sobre os sujeitos idosos no presente: I. Uma lógica de capital monopolista (através da integração entre as grandes empresas e o mercado financeiro), que privilegia operações entre sociedades transnacionais através de ativos de investimento (intangíveis e de alta liquidez); II. Uma subversão na ordem de valores culturais por meio de estratégias que funcionam como mecanismos indutores do consumo, conforme indica Canclini (2008), através de ferramentas de comunicação que se impõem como uma cultura de “valores flexíveis” e de “múltiplos pertencimentos”; III. Um conteúdo urbano condicionado por valores de uso que rejeitam os mecanismos de regulação interna, trazendo um sentimento de instabilidade ao mesmo tempo em que se mostra como um componente indispensável ao funcionamento do conjunto de engrenagens contido no sistema capitalista de curto-prazo.

O sistema capitalista atual se notabiliza por meio de sociedades que investem pesadamente na fixação de novos paradigmas de consumo. Nesse sentido, a máxima “as pessoas são aquilo que elas comem” pode ser adaptada para “os sujeitos são aquilo que consomem”, com base nas estratégias de propagação da ideologia cultural capitalista.

Os sujeitos se veem absorvidos por uma estratégia que envolve desde a criação até o fortalecimento argumentativo e a transformação de produtos e de serviços em fatores identitários. O consumo assume uma dimensão de status e de filosofia de vida. As noções de “exclusividade” e de “flexibilidade” são incorporadas aos discursos e, de maneira distorcida, alteram percepções e lógicas que substanciam os sentimentos de inclusão, nos modos de vida.

São sociedades que se comportam tecnológica e financeiramente como forças indutoras de um sistema informacional complexo em que, entre outras coisas, a noção de eficiência é medida por critérios de uma *cultura hibridista*, com foco no imediatismo do “curto-prazo” do capitalismo financeiro. Nessa cultura, proposta por Canclini (2008), os sujeitos se alternam entre as posições de

“criatura” e de “criador”, fomentando os alinhamentos necessários entre as sociedades capitalistas e as culturas hibridizadas para o consumo, cujos resultados incidem diretamente sobre os tempos e os modos de vida.

Nesse ponto, os sujeitos idosos serão abordados com base nas três premissas do capitalismo atual, considerando que, outrora jovens, esses sujeitos consistiam em entes ativos, munidos de valores alinhados a uma temporalidade inerente a uma consciência então presente. Como exemplo, são associados trechos da obra de Sennett (2009). Lado a lado, esses sujeitos multidimensionais podem ser relacionados a uma parte dos diálogos presentes na referida obra, quando o autor-narrador conversa com dois conhecidos, separadamente e em dois momentos distintos, sendo um pai e um filho, em lugares e tempos diferentes: primeiro, com o pai, Enrico, um sujeito idoso, faxineiro “de carreira” estabelecida desde que migrou para os Estados Unidos, ainda jovem, com a família, em busca de melhores condições de trabalho e de vida. Depois, com um dos filhos de Enrico, já adulto, com família constituída, com nível superior concluído e “profissional de carreira” inserido no mercado de trabalho. Pai e filho mantêm uma relação difícil, um conflito que se acirra a partir da apropriação de valores concorrentes advindos das culturas capitalistas em diferentes tempos.

Em “A corrosão do caráter”, Sennett (2009) destaca o impacto cultural de fases distintas do capitalismo sobre os valores e os modos de vida dos sujeitos nas sociedades, situações em que os esforços de organização das atividades no tempo geram frustrações e desentendimentos.

A primeira premissa do capitalismo atual associa a sociedade a uma lógica de capital monopolista, que privilegia operações entre sociedades transnacionais através de ativos de investimento intangíveis e de alta liquidez. O foco delas está na acumulação de capital por meio de monopólios e no retorno lucrativo do valor investido em curto prazo.

Com base nessas condições, um vazio se abre entre os modos de vida de sujeitos, levando-se em conta os valores e as referências temporais de cada um. Na sequência, apresenta-se um diálogo do narrador com o filho de Enrico:

É a dimensão do tempo do novo capitalismo, e não a transmissão de dados high-tech, os mercados de ação globais ou o livre comércio, que mais diretamente afeta a vida emocional das pessoas fora do local de trabalho. Transposto para a área familiar, ‘Não há longo prazo’ significa mudar, não se comprometer e não se sacrificar. Rico de repente explodiu no avião:

– Você não imagina como me sinto idiota quando falo em compromissos mútuos com meus filhos. Para eles, é uma virtude abstrata; não a vêem em parte alguma.

Durante o jantar, eu simplesmente não entendi a explosão, que me pareceu despropositada. Mas seu sentido agora ficou claro para mim, como uma reflexão sobre ele mesmo. Queria dizer que as crianças não vêem o compromisso mútuo praticado na vida dos pais ou da geração dos pais (Sennett, 2009, p. 25).

A segunda premissa revela uma subversão na ordem de valores culturais por meio de estratégias que funcionam como mecanismos indutores do consumo, através de uma comunicação que se impõe como uma cultura de “valores flexíveis” e de “múltiplos pertencimentos”. Na sequência, mais um diálogo do narrador com o filho de Enrico.

E no que se refere à sua família, seus valores não são simples questões de nostalgia. Rico de fato detesta a experiência real de papel paterno rígido, como a que sofrera nas mãos de Enrico. Não voltaria ao tempo linear que ordenava a existência de Enrico e Flavia mesmo que pudesse; olhou-me com certo desdém quando eu lhe disse que, como professor de faculdade, tenho um emprego vitalício. Trata a

incerteza e o correr risco como desafios no emprego; como consultor, aprendeu a ser um competente jogador de equipe.

Mas essas formas de comportamento flexível não lhe serviram em seus papéis de pai ou membro de uma comunidade; ele quer manter relações sociais e oferecer orientação durável (Sennett, 2009, p. 29).

A terceira premissa apresenta um conteúdo urbano condicionado por valores de uso que escapam a toda regulação interna, trazendo um sentimento de instabilidade – atualmente, um componente indispensável ao funcionamento do conjunto de engrenagens contido no sistema capitalista de curto prazo. Na sequência, o narrador reflete acerca dessa “flexibilidade”:

É bastante natural que a flexibilidade cause ansiedade: as pessoas não sabem que riscos serão compensados, que caminhos seguir. Para tirar a maldição da expressão ‘sistema capitalista’, antes criavam-se circunlocuções, como sistema de ‘livre empresa’ ou ‘empresa privada’. Hoje se usa a flexibilidade como outra maneira de levantar a maldição da opressão do capitalismo. Diz-se que, atacando a burocracia rígida e enfatizando o risco, a flexibilidade dá às pessoas mais liberdade para moldar suas vidas. Na verdade, a nova ordem impõe novos controles, em vez de simplesmente abolir as regras do passado – mas também esses novos controles são difíceis de entender. O novo capitalismo é um sistema de poder muitas vezes ilegível (Sennett, 2009, p. 9).

Os sujeitos em transição nas sociedades capitalistas transitórias atuais se apoiam em valores flexíveis e superficiais como forma de se manterem incluídos e partícipes dessa cultura de consumo. No entanto, um dos aspectos que se destaca é o predomínio da superficialidade nos valores que, talvez, não encontre correspondência com os sujeitos idosos, o que pode ser explicado pelo distanciamento e pela dificuldade de estabelecimento de áreas de interseção entre essas gerações.

Os sujeitos idosos oferecem uma espécie de resistência aos conteúdos hibridizados, não apenas por uma certa (in)consistência de valores estabelecidos em outras bases culturais, mas pela dificuldade de inserção em conteúdos efêmeros, de valores culturais hibridizados de uma lógica de curto prazo. São conteúdos que antagonizam com as vivências e as manifestações analógicas.

Uma absoluta prioridade às pessoas idosas no direito brasileiro

A nação brasileira é uma sociedade capitalista constituída em bases heterônomas típicas, assim como tantas outras no cone sul-americano. O Brasil é uma República Federativa e, formalmente, se constitui em Estado Democrático de Direito, condição que submete a sua sociedade a um denso conjunto normativo de direitos sociais.

A Constituição Federal de 1988, ao tratar da “Ordem Social” (Título VIII), inovou na previsão de dispositivos especiais relativos às pessoas idosas. O art. 193 dispõe que a ordem social tem como base o primado do trabalho e, como objetivo, o bem-estar e a justiça sociais.

Adiante, no art. 203, inciso V, da Seção IV do Capítulo II do Título VIII, a Constituição preconiza que a Seguridade Social tem como um dos objetivos “[...] a garantia de um salário-mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei” (Brasil, 1988, *online*).

É no Capítulo VII, porém, que o texto constitucional é mais específico no que diz respeito ao tratamento especial às pessoas idosas, com destaque ao disposto no art. 230, *in verbis*:

Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

§ 1º Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares.

§ 2º Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos (Brasil, 2003, *online*).

Diante das novas disposições constitucionais, entrou em vigor a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que instituiu o Estatuto da Pessoa Idosa no ordenamento jurídico brasileiro.

Observa-se que a lei é analítica e conceitual, sendo estruturada em sete títulos, com quase 120 artigos, que dispõem sobre matérias de direito civil, processual, administrativo, previdenciário e até criminal.

Logo no art. 1º da referida lei, depreende-se que a atuação do legislador federal teve por objeto a regulação dos direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos.

Ainda em suas disposições preliminares, os dispositivos do art. 3º da Lei nº 10.741/2003 tratam das obrigações, das ações, dos meios e dos instrumentos capazes de efetivar a garantia de prioridade conferida às pessoas idosas:

É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar à pessoa idosa, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária (Brasil, 2003).

Nesse sentido, destacam-se as medidas que já são amplamente difundidas na lei supracitada, como o “atendimento preferencial imediato e individualizado” das pessoas idosas junto aos “órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população”, a teor do inciso I do §1º do art. 3º do Estatuto, e outras que ainda não são, como a “[...] destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à pessoa idosa”, como estabelece o inciso III do §1º do art. 3º do mesmo diploma legal. Recentemente, em julho de 2022, o Estatuto do Idoso sofreu algumas alterações, destacando-se a norma do § 2º do art. 3º, que “assegura prioridade especial aos maiores de 80 (oitenta) anos, atendendo-se suas necessidades sempre preferencialmente em relação às demais pessoas idosas”, estabelecendo uma conexão com os atuais conceitos de “terceira idade” e de “quarta idade”, como será visto na seção subsequente.

Percebe-se que a sociedade, a família e o Estado são convocados à proteção da pessoa idosa quando a lei estabelece, categoricamente, que “nenhuma pessoa idosa será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, será punido na forma da lei”, nos termos do art. 4º.

Destarte, uma proposta de reflexão direcionada ao sujeito idoso em um conteúdo urbano capitalista de sociedades sul-americanas pode ensejar a ideia de um estudo que se estabelece encimado em redundâncias categóricas e/ou em clichês estatísticos, os quais, na pior hipótese, se desdobram em punições ou em Termos de Ajuste de Conduta no âmbito judicial.

Isso porque os sujeitos idosos tendem a ser destacados como uma fração populacional representante de uma categoria etária, mormente entendida como mais uma entre tantas, num cenário estatístico populacional e que também demanda recursos orçamentários para custear ações diferenciadas e prioritárias.

Não obstante as contribuições ao campo do Direito e da Estatística para a configuração de políticas públicas direcionadas, os idosos são frequentemente referidos nas páginas de notícias dos diferentes órgãos de governo como um ônus para o orçamento público, haja vista que a interpretação de dados e informações é incorporada aos discursos políticos em tom assistencialista e anacrônico quando são ressaltados temas como “o envelhecimento populacional” e a “necessidade de reforma do sistema previdenciário”.

A senescência e a senilidade em sujeitos idosos: o epistêmico, o tempo e o subjetivo

De acordo com Silva (2008, p. 156), o “[...] surgimento de categorias etárias relaciona-se intimamente com o processo de ordenamento social que teve curso nas sociedades ocidentais durante a época moderna”.

A noção predominante de “velhice” ainda remete às origens do próprio conceito, elaborado entre os séculos XIX e XX; um termo que emergiu considerando uma etapa do ciclo de vida humana em sociedade, associada tanto às condições de limitação e de encerramento de atividades quanto de um gradual processo de isolamento social (Silva, 2008).

Assim, do surgimento do termo “velhice” aos atuais conceitos de “terceira idade” e de “quarta idade”, as delimitações conceituais têm avançado com base em convergências e divergências retóricas que ainda se valem, predominantemente, de uma organização linear de resultados de pesquisas em consonância com um tempo linear e cronometricamente estabelecido de expectativa de vida.

Um olhar atual sobre a evolução desses e de outros termos correlatos indica um processo de aspecto rizomático, alinhando os avanços e os entrelaçamentos desses saberes em diferentes campos disciplinares das Ciências Sociais e das Ciências da Saúde, em especial da Gerontologia, da Geriatria, da Sociologia e da Antropologia.

Trazendo a questão para o cone sul-americano, a longevidade e o ciclo de vida humanos podem ser vistos sob inúmeras perspectivas científicas e capitalistas, sendo associados ao desenvolvimento das sociedades.

Segundo Silva (2008), a definição médica de “velhice” foi apropriada por outros campos de saber, ampliando seu espectro cultural e se inserindo no imaginário coletivo. Com vistas ao reordenamento do curso da vida, o conceito da “velhice”, inerente à existência humana, é condição *sine qua non* para a categorização da pessoa idosa.

Desse momento em diante, esses sujeitos são conectados tanto às iniciativas para a formulação de políticas assistenciais direcionadas, como às ciências para a saúde, em especial aquelas alicerçadas na interdisciplinaridade, como a Gerontologia.

É através da Gerontologia que se dá a emergência de uma ciência médico-social que busca a integração entre os discursos especializados, de forma que seja possível “[...] propor novas formas de compreensão do envelhecimento” (Silva, 2008, p.159).

Através das disciplinas que compõem a Gerontologia tem sido possível investigar as experiências que fazem parte do envelhecimento considerando aspectos sociais, culturais e históricos inerentes ao processo dos pontos de vista das mudanças físicas, psicológicas e sociais do sujeito.

No que tange às políticas públicas, a velhice ainda representa um estado que motiva ações paliativas voltadas ao atendimento dos idosos, uma vez presentes as condições irreversíveis de degeneração progressiva da saúde – ou o conceito de “senilidade” – que evoluem até a total extinção dos sujeitos.

Os termos “velho” e “velhice” eram e ainda são atribuídos a todos os sujeitos que atingem a idade mínima correspondente e/ou se encontram dentro da faixa etária dos 60 anos em diante, e, dado o caráter pejorativo que carregam, existe uma forte tendência de que os mesmos caiam em desuso tanto categórico, como representativo desses sujeitos em um médio prazo.

De acordo com Côrte e Brandão (2018), refletir sobre a chamada “longevidade avançada”, que considera os indivíduos vivos a partir dos 80 anos de idade, constitui o desafio do momento para as sociedades. A reflexão abrange, simultaneamente, a percepção de uma conquista da Humanidade, como resultado de seus esforços científicos e tecnológicos, e, de outro lado, uma condição humana para a qual as sociedades pouco se prepararam, um período estendido de vida, ainda não designado e não conceituado. E agora?

Até o século passado, essa categoria etária tinha pouca representatividade no contexto das sociedades capitalistas, sendo tratada, majoritariamente, por condutas paliativas, tanto do ponto de vista do acesso à saúde, como da vida cultural, descortinada a “[...] percepção de decadência física e ausência de papéis sociais” (Debert, 1999 *apud* Côrte; Brandão, 2018, p. 215).

Ainda segundo as autoras, o Brasil percebeu um crescimento da “população idosa” por volta das décadas de 1960 e 1970, entendendo-o como um “problema social”. A partir disso foram elaborados os primeiros projetos de interesse social direcionados a esse grupo, então denominado “terceira idade”. O conceito era aplicado à faixa etária entre os 60-75 anos, que até então “[...] vivia o ‘tempo’ da aposentadoria” (Côrte; Brandão, 2018, p. 215).

Na Europa da década de 1980 emergiu o conceito da “quarta idade”, aplicável aos indivíduos na faixa etária entre os 75 e 80 anos, com um quadro de saúde mais comprometido – categoria com uma maior incidência de comorbidades e mais afetada por doenças crônicas; logo, com menor participação na vida social (Côrte; Brandão, 2018).

Assim, a distinção entre os conceitos de 3ª e 4ª idade não considera, mormente, a possibilidade de mudança na expectativa de vida para uma subcategoria mais ampla, a partir de constatações qualitativas presentes nos levantamentos realizados através de pesquisas que reconhecem um maior potencial participativo na vida social para os sujeitos que se encontram, atualmente, na “terceira-idade”.

Essa fase passa a representar uma nova etapa no ciclo de vida para um número crescente de sujeitos, ao passo que a “velhice” passa a ser um qualificativo de um período em que as alterações biológicas limitantes se acentuam, independentemente das características individuais (Côrte; Brandão, 2018).

Nesse ponto, é necessário tratar das distinções e das associações conceituais existentes entre os termos “ciclo de vida”, “expectativa de vida” e “longevidade” na atualidade.

Do ponto de vista epistemológico, esses três conceitos se encontram ancorados em temporalidades e espacialidades que remetem à Física Clássica e às tecnologias analógicas.

O ciclo de vida de um ser humano abrange, no máximo, quatro fases, que são: a infância, a adolescência, a idade adulta e a velhice, e essas ocorrem dentro de um ciclo de vida limitado por dois grandes eventos: o nascimento e a morte.

A expectativa de vida consiste em uma estimativa da quantidade de anos que um indivíduo pode viver, cálculo que considera diferentes variáveis, internas e externas ao corpo humano, sob a ótica do ciclo de vida (Côrte; Brandão, 2018).

A longevidade se adere ao ciclo de vida com base em um “ser humano padrão”; ou seja, o tempo de vida máximo que a espécie humana consegue viver – atualmente considera-se que esse limite é de 125 anos, de acordo com Patrício *et al.* (2008).

Na atualidade, o conceito de “terceira idade” se consubstancia tanto na apresentação de certas mudanças físicas adquiridas no avançar dos anos, como nas condições de atividade e de interação social, um conjunto de caracteres frequentemente vinculado ao conceito de “senescência”. Não raro, os sujeitos nessa faixa etária ainda se fazem presentes tanto no mercado de trabalho, como nas sociedades de consumo, descritas por Bauman (2022).

A “quarta idade” representa o início de uma fase de intensificação de caracteres já presentes no processo de envelhecimento do sujeito idoso, quer seja pelo acometimento ou pelo agravamento de doenças e/ou pela degeneração cognitiva acelerada que se vincula ao conceito de “senilidade”. Nessas circunstâncias, o sujeito idoso vislumbra um cenário de longevidade dentro da expectativa de vida atualmente estabelecida, podendo atingir uma condição de uma “longevidade avançada” que sinalize uma nova idade máxima, sem que haja, no entanto, a possibilidade de restabelecimento de novas fases para o ciclo de vida humano.

Dos pontos de vista psicológico e sociológico, o envelhecimento envolve um processo que inclui a percepção da passagem do tempo em sociedade, fazendo com que a noção de qualidade de vida seja redefinida sucessivas vezes pelos próprios idosos.

As mudanças que representam o processo de apagamento gradual dos modos de vida desses sujeitos em sociedade trazem para eles uma sensação de incompletude crescente, transformando, muitas vezes, uma condição de longevidade com qualidade de vida em um problema para o idoso sob o aspecto da inclusão social e cultural.

Côrte e Brandão (2018) citam a obra de 2006 de Baltes ao defenderem a ideia de que os avanços teóricos e práticos sugerem que os esforços empreendidos pelo prolongamento adicional da vida poderiam se revelar inócuos, uma vez que uma condição estendida apresenta “[...] um nível elevado de vulnerabilidade e de ‘incompletude’ biocultural em seu comportamento, afetando os limites do funcionamento vital” (Baltes 2006 *apud* Côrte; Brandão, 2018, p. 217).

O campo da Psicologia do Envelhecimento se concentra nos aspectos cognitivos, afetivos e emocionais relacionados ao avançar da idade e nas repercussões para o corpo e a mente desses sujeitos. A sensação de vulnerabilidade cresce à medida que se intensificam os “apagamentos” relacionados aos seguintes fatores: os falecimentos de cônjuges, dos parentes próximos e dos amigos; as crescentes limitações cognitivas e físicas; a redução gradual da autonomia e o aumento da dependência de cuidadores; a diminuição de eventos e de atividades possíveis; as mudanças culturais e ambientais, de estilos de música e de lugares que desaparecem etc.

Desse modo, as questões que emergem das condições de senescência e de senilidade dos idosos são, também, associadas aos aspectos de dissincronia em relação às espacialidades e às temporalidades. O fenômeno de dissincronização pode se estabelecer em meio às expressões distintas de um conteúdo cultural, em que os valores que consubstanciam os diferentes sujeitos de uma mesma sociedade capitalista são ancorados em bases distintas e conflitantes.

Isso ocorre porque, ao longo de seus ciclos de vida, os sujeitos são munidos de valores que estão atrelados às sucessivas camadas de conteúdos culturais configurados em espíritos de tempo ou *zeitgeist*, fluidos e abstratos.

Assim como a maior parte do conteúdo epistemológico aqui tratado, o *zeitgeist* é uma representação de um fenômeno que reúne diferentes componentes emanados das sociedades - no caso, capitalistas. Embora não existam limites fronteiriços fixados para um espírito de tempo, eles se distinguem por seus elementos transitórios (materiais e imateriais), principalmente pelos valores que consubstanciam essas gerações em transição.

O consumo da longevidade

Recentemente, a Organização Pan-Americana da Saúde e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe debruçaram-se sobre o tema da saúde e do bem-estar das pessoas idosas na chamada “Década do Envelhecimento Saudável” (2021-2030).

O esforço resultou em um relatório atualizado, intitulado “O contexto sociodemográfico e econômico do envelhecimento na América Latina”, cujos dados revelam não somente os aspectos das heterogeneidades sociodemográfica e socioeconômica dos idosos, mas a prevalência de barreiras para a inclusão sociocultural nas sociedades capitalistas atuais.

A publicação descreve a condição socioeconômica dos idosos sob uma “ótica individual” (e, segundo consta, “não populacional”), incorporando as dimensões demográfica, social e econômica do público investigado ao relato.

Ao mesmo tempo, o relatório destaca os obstáculos a serem superados, considerando uma perspectiva cultural e econômica de múltiplas transições. Esses desafios perpassam pelas culturas que caracterizam as sociedades capitalistas em rede e financeira, evidenciando um fenômeno de dissincronia entre os valores que consubstanciam os sujeitos, os conteúdos urbanos emergentes e as temporizações incidentes.

No Brasil, as barreiras têm se concentrado em diferentes aspectos das vivências dos sujeitos idosos, especialmente no que se refere à difusão e ao acesso aos meios para a saúde e a qualidade de vida deles. Como exemplo, são destacadas a comunicação e a mobilidade como os principais meios afetados pelas condições de transitoriedade e de dissincronia.

Através do reconhecimento e da institucionalização das informações acerca dos idosos, somados à evolução dos processos de identificação desses sujeitos com suas respectivas categorias etárias, têm permitido não só um direcionamento mais eficiente dos esforços, como também um maior engajamento desses grupos em ações para a promoção da saúde.

De acordo com Silva (2008), o entendimento da terceira idade como uma representação categórica cultural e socialmente construída conduz a uma formação identitária fortalecida, nos contextos das culturas, das sociedades e das pesquisas gerontológicas. Uma representação categórica bem definida e bem articulada também é capaz de viabilizar os interesses dos sujeitos idosos na cultura do consumo.

Os esforços para a construção de um conteúdo direcionado ao fortalecimento dos conceitos de “terceira idade” e de “envelhecimento positivo” têm servido de estratégia para uma mudança de paradigma cultural nas sociedades. No entanto, ambos têm sido mais disseminados culturalmente fora do contexto acadêmico e de uma disciplina especializada, sendo admitidos como um tema de

grande relevância nos meios de comunicação uma vez que têm configurado inúmeras oportunidades de serviços e de produtos direcionados a esses grupos.

Do ponto de vista da autonomia, essa nova categoria emerge na sociedade capitalista a partir da reorganização dos agentes especializados. Um bom exemplo está na oposição entre os conceitos de velhice e de terceira idade, que traz consigo uma série de oportunidades para um consumo com base em hábitos sociais e culturais diferenciados, necessidades de consumo mais específicas e, eventualmente, mais sofisticadas.

O capitalismo tem demonstrado agilidade e assertividade na oferta de produtos e de soluções para esse segmento, de modo que já são identificadas programações e roteiros turísticos exclusivos para essa faixa etária, assim como produtos variados que vão desde calçados especiais, de design alinhado com a moda, passando por procedimentos estéticos, além de veículos e condomínios residenciais de luxo voltados aos sujeitos idosos.

Nesse ponto, dois conceitos se destacam como os dois lados de uma mesma moeda, quais sejam: o envelhecimento positivo e o consumo de longevidade.

Por trás dessas soluções de mercado, há uma cultura do consumo que nasce com o discurso engajado da Gerontologia Social e do conceito de envelhecimento positivo, que vêm sendo difundidos através das mídias. Em verdade, trata-se de um novo mercado baseado em um estilo de vida alinhado a diferentes práticas de consumo.

O consumo da longevidade se insere na sociedade capitalista como um paradigma de status, consubstanciado na ilusão de uma juventude estendida, e que aparece como uma dimensão abstrata dos mais variados produtos. O desejo de uma vida eterna e cristalizada num corpo de aparência saudável de, no máximo, 30 anos, por exemplo, aparece de diferentes formas, subliminarmente ou não, vinculado a perfumes, margarinas, shampoos e tantos outros produtos e serviços disponíveis no mercado.

Assim, o consumo da longevidade antecede à condição de ser idoso, tendo um caráter contraditório, ao mesmo tempo preventivo e ilusório – afinal, como um vidrinho de produto pode ser realmente antirrugas e antienvelhecimento?

Juntamente com o “consumo da longevidade” vem o “consumo de padrões exógenos”, em especial, quando se trata de uma sociedade capitalista sul-americana, em sua condição de dependência, no contexto das sociedades em rede, conforme descreve Castells (1999).

Esses padrões vão sendo inseridos na cultura sul-americana com força suficiente para anular costumes há muito estabelecidos; em alguns casos, com prejuízos para os consumidores, especialmente no que tange à alimentação.

Uma sociedade em rede representa, em linhas gerais, uma estrutura complexa, baseada em redes sociais que são operadas por tecnologias de informação e inteligência artificial, através de modelos de comunicação massiva, possibilitada pela globalização das principais atividades econômicas. Entre as inúmeras características desse sistema, existe a cultura da “virtualidade real”, através da qual são propagandeados valores culturais hibridizados, que tendem a suprimir valores locais.

Um exemplo forte pode ser constatado nas recentes experiências de imersão em realidades virtuais, através de soluções tecnológicas capazes de iludir o cérebro humano, em um ambiente virtual no qual os sentidos humanos são simulados de modo que as interações entre o usuário (sujeito) e esse ambiente se aproximam de uma atividade no mundo físico.

Nesses ambientes controlados, são simuladas tecnologias de Realidade Aumentada (AR), Realidade Mista (MR), Realidade Virtual (VR) e material visual em 360° que permitem uma interação entre os sujeitos e as diferentes plataformas, consideradas interativas e experienciais. No momento, os sujeitos jovens são os mais suscetíveis e dependentes dessas formas de interação, uma vez que elas são cada vez mais apropriadas aos conteúdos urbanos capitalistas.

Destarte sua grande contribuição para o desenvolvimento dos pontos de vista científico e produtivo, em especial, para os diferentes campos da Medicina, da Biologia, da engenharia e de outros, os ambientes virtuais estão cada vez mais presentes nas vivências sociais urbanas, configuradas como conveniências e problemas relacionados às temporalidades, uma vez que substanciam a percepção de dissincronia nas sociedades atuais.

Em se tratando da América do Sul, diversas situações que fazem parte dos costumes locais são afetadas, a exemplo dos padrões de alimentação, os aspectos estéticos humanos, de comportamento social, de habitação e tantos outros. Os novos paradigmas capitalistas são apropriados pelas sociedades atuais de inúmeras formas.

Considerando o espírito desse tempo e as transitoriedades culturais e geracionais, os novos paradigmas culturais capitalistas acabam por realçar os aspectos paradoxais contidos nas culturas flexíveis das sociedades atuais, decorrentes das interseções e da coexistência entre valores culturais díspares.

Essas sociedades, por sua vez, se expressam através de conteúdos urbanos intertemporais e “trans-temporais”; ou seja, urbanos ideologicamente representativos tanto das múltiplas transições culturais (com mudanças, sobreposições e apagamentos), como do novo paradigma temporal, que presume o atravessamento e a alternância simultânea entre os referenciais de tempo cronométrico e de tempo relativo.

Considerações Finais

A proposta de reflexão evoluiu a partir de um entrelace epistemológico e teórico interdisciplinar, substanciado na articulação entre seis campos disciplinares, a saber: a Antropologia, as Ciências da Saúde, a Geografia, a Gerontologia, a Psicologia, a Sociologia e o Direito, contemplando os sujeitos idosos em um conteúdo cultural urbano capitalista de sociedades sul-americanas, com ênfase no Brasil. Nesse sentido, duas vertentes foram exploradas, permitindo o estabelecimento de algumas considerações acerca dos processos que permeiam o envelhecimento de um sujeito.

No que tange ao processo de envelhecimento, vinculado a uma expectativa de vida cronometricamente preestabelecida, os sujeitos se veem postos diante da inevitabilidade processual de um ciclo de vida, de modo que reside nisso uma perspectiva de contagem regressiva e de uma temporalidade pré-relativística.

Com relação aos padrões de consumo de longevidade, as subjetividades que aderem a essa ideia fazem parte de um conjunto culturalmente estabelecido com o intuito de fazer frente aos processos inevitáveis do ponto de vista do ciclo de organismos humanos.

O capitalismo atual investe em discursos que, mais do que nunca, transcendem aos produtos e serviços, de modo que os sujeitos adquirem, através desses, “novos modos de vida” ou “novas experiências”, numa perspectiva de advir duradouro e irretocável.

Um exemplo desse movimento pode ser identificado em divulgações de venda de imóveis residenciais em condomínios-clubes em que os consumidores adquirem um “novo-jeito-de-viver”, em uma espécie de “oásis” em meio ao urbano. Nesse segmento, já despontam, inclusive, propostas de condomínios-clubes “equipados” para atender às demandas dos idosos atuais, em que os valores do metro quadrado são vinculados aos valores flexibilizados de uma cultura de uma juventude longeva.

Essas células ideais configuram estruturas encasteladas, que se distinguem no conteúdo urbano como unidades independentes, dissociadas dos traçados, onde a cultura hibridizada se materializa em ambientes, componentes, equipamentos e modos de vida pretensamente controlados e apartados do convívio direto com as trivialidades extramuros.

Já em gêneros cosméticos, o termo “antienvelhecimento” consta nas embalagens de produtos diversos que afirmam ter em suas composições substâncias revolucionárias que pretensamente interrompem um processo natural e inexorável do ciclo de vida humana.

Na prática, trata-se da força de um sistema que, ao mesmo tempo, cria demandas (consumo) e gera produtos e serviços que transcendem à própria finalidade, sendo convertidos em “algo experiencial”. Nesse sentido, representam um consumo que simboliza status e longevidade para os sujeitos dessas sociedades.

Em uma sociedade capitalista em que as temporalidades são incorporadas às vivências como um mecanismo acelerador mais do que disciplinador das dinâmicas humanas urbanas, é possível inferir que o desalinhamento temporal afeta de maneira determinante as lógicas para o desempenho das diferentes atividades, obrigando os sujeitos a lidarem com os efeitos das dissincronias na saúde humana, com prejuízos ainda maiores para as pessoas idosas.

De um lado, uma percepção de tempos sempre exíguos para o desempenho das atividades quando o modelo atual de capitalismo de curto prazo é considerado, e, de outro, o emprego de esforços grandiosos para que o sujeito se veja “congelado” num tempo passado, porque uma imagem envelhecida não pode ser associada a uma cultura “do novo” e “do imediato”.

Quanto ao lugar do idoso atual, a cronometria que determinava as vivências em sociedades tecnológicas analógicas já não o favorece, na medida em que o espírito de tempo atual se impõe por meio de forças diametralmente opostas à existência humana.

Ademais, a cultura das sociedades capitalistas se mostra como uma espécie de “dilema metafísico” que exige um caminhar veloz, enquanto os olhos são atraídos para um conteúdo passado que precisa ser mantido no presente, como uma espécie de âncora efêmera, considerando o aspecto distorcido inerente à memória.

Santos (2021, p. 263) defende que as dinâmicas das sociedades globalizadas “[...] não apaga restos do passado, mas modifica seu significado e acrescenta, ao já existente, novos objetos e novas ações características do novo tempo”.

Mais do que um novo paradigma para as temporalidades urbanas, o cenário capitalista atual se caracteriza pela imposição de valores culturais hibridizados, associados aos novos ritmos das dinâmicas sociais, substanciando um *continuum* cultural trans-geracional que não se harmoniza com as temporalidades humanas dos sujeitos, menos ainda com os sujeitos idosos, em tempo algum.

Desse conjunto, emerge a percepção de uma imortalidade para a cultura capitalista. Um sistema que se mostra longo na medida em que morre e renasce dentro de um mesmo corpo ideológico, que é sucessivamente reinventado pelas sociedades, deixando impresso no urbano suas diferentes formas de expressão cultural a cada fase.

Referências

- Bauman, Z. *Vida para o consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2022.
- Brasil. Constituição de 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 26 fev. 2024.
- Brasil. *Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003*. Institui o Estatuto do Idoso. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 26 fev. 2024.
- Canclini, N. G. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- Castells, M. *As sociedades em rede*. 6. ed. Atualização Jussara Simões. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- Côrte, B.; Brandão, V. Longevidade avançada: a reinvenção do tempo. *Revista Kairós-Gerontologia*, v. 21, n. 1, p. 213-241, 2018. Doi: <https://doi.org/10.23925/2176-901X.2018v21i1p213-241>.
- Debert, G. G. *A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 2004.
- Patrício, K. P. et al. O segredo da longevidade segundo as percepções dos próprios longevos. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 13, n. 4, p. 1189-1198, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/dYG5hm6GvzMT6pLXVySYv/#>. Acesso em: 2 maio 2024.
- Santos, M. O dinheiro e o território. In: Santos, M.; Becker, B. (org.). *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.
- Santos, M.; Silveira, M. L. *O Brasil: território e sociedade no século XXI*. 22. ed. Rio de Janeiro: Record, 2021.
- Sennett, R. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- Silva, L. R. F. Da velhice à terceira idade: o percurso histórico das identidades atreladas ao processo de envelhecimento. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 15, n. 1, p. 155-168, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/kM6LLdqGLtgqpggJT5hQRCy/#>. Acesso em: 26 fev. 2024.

Colaboradores

A.C. S. C. Duailibe colaborou com a Conceitualização, Curadoria de dados, Análise de dados, Recebimento de financiamento, Pesquisa, Metodologia, Administração do projeto, Disponibilização de ferramentas, Desenvolvimento, Validação de dados, Redação do manuscrito original. S. M. Rola colaborou com a Supervisão, Redação - revisão e edição.